CARTAS

Parabenizamos o relançamento da revista *Agroanalysis* que, tanto antes como atualmente, destaca-se como a melhor análise econômica da agropecuária brasileira. As ações da política agrícola se tornam mais exatas e bem-sucedidas quando seus gestores dispõem de conhecimentos fiéis e atuais da conjuntura econômica agrícola. A FGV torna-se assim uma excelente parceira do gestor/agricultor.

Ademar Jorge Alves Quintela
Secretário de Agricultura e Meio Ambiente de Itaguaí e Presidente do Conselho de Desenvolvimento Rural

Gostaria de parabenizar a Fundação Getulio Vargas e, em especial, a equipe do Centro de Estudos Agrícolas pela volta da publicação *Agroanalysis*. É, sem dúvida, um importante instrumento para os que se dedicam à compreensão da agropecuária no país.

Desejo que a nova fase de *Agroanalysis* alcance muito sucesso, semelhante ao obtido no passado, quando se constituía em fonte de consulta obrigatória a todos que, no meio empresarial, acadêmico ou no serviço público, tinham vínculos profissionais com o setor agrícola brasileiro. Parabéns!

Leila Tendrih
Economista da Secretaria de Planejamento do Estado de São Paulo

Recebi os números 1 e 2 do volume 14 de *Agroanalysis* e quero dar-lhes conta da funda impressão que me causou a leitura desta publicação.

Trata-se de algo que altamente recomenda a Fundação Getulio Vargas — instituição à altura de honrar qualquer país e que presta serviços importantíssimos ao nosso Brasil.

Abgar Renault
Academia Brasileira de Letras

Leitor assíduo e até colaborador da revista *Agroanalysis*, cumprimento a FGV pelo relançamento desta brilhante publicação.

Que o CEA e o IEA possam somar esforços em prol da economia agrícola brasileira. Atenciosamente,

Sebastião Nogueira Junior
Instituto de Economia Agrícola/ Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

É permitida a reprodução total ou parcial dos índices e matérias desde que seja citada a fonte.

AGROANALYSIS

Revista mensal de economia agrícola da Fundação Getulio Vargas editada pelo Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia

EXPEDIENTE

Chefe do CEA/IBRE:
Ignez Vidigal Lopes

Redator-chefe:
Regis Alimandro

Equipe de redatores:
Eliana C.B.L. Viglio (arroz, feijão, meio ambiente, tomate, mandioca, caju), Fernando R. de Freitas Almeida (cereais de inverno, oleaginosas, frutas, vinho), Irene Raguenet Troccoli (fumo, milho, avicultura, suinocultura, laranja), Maria José Cyhlar Monteiro (preços, previsão de safras, legislação), Mauro de Rezende Lopes (comércio internacional, política agrícola), Regis Alimandro (café), Virgínia Wanick Vieira (algodão, borracha, cacau).

Colaboradores:
Adib Jamil Amim, Lucio Junqueira Campos (estatísticas de preços), Rubens de Mello Nogueira Abdelhay (índice FGV/Abag), Ana Célia Junqueira Campos, Edmilson Pereira Conceição, Edna Frias de Souza, Mário Augusto Rodrigues Martins (apoio técnico).

Copidesque:
Lauda Editoração e Comunicação Ltda.

Técnico em processamento:
Bruno da Silva Júnior, Deise Jaffar de Lima.

Estagiários:
Ana Paula de Mello Carvalho, Ednéia da Silva Bezerra, Maria das Graças Soares

Secretaria e apoio administrativo:
Claudia Ana Marques, Antonio Barbosa, Antonio Getúlio Corrêa de Oliveira.

Divisão de Gestão da Informação (DIGI)
Diretor: Moacyr Antonio Fioravante

Editora da FGV
Chefe: Francisco de Castro Azevedo
Coordenação editorial: Cristina Mary Paes da Cunha
Editoria de arte: Eliane da Silva Torres, Jayr Ferreira Vaz, Marilza Azevedo Barboza, Osvaldo da Silva, Simone Ranna.
Revisão: Aleidis de Beltran, Fatima Caroni.
Produção gráfica: Helio Lourenço Netto, Joel Alves.
Comercialização: Juarez Nery de Souza, Valéria Oliveira Santiago.
Vendas de assinatura: José Milton Gondim
Vendas avulsas: Edna Kumakola
Publicidade:

Belo Horizonte — MG: Tel. e fax: (031) 224-9534; Brasília — DF: Tel. e fax: (061) 577-4883; Porto Alegre — RS: Tel. e fax: (051) 249-7056; Recife — PE: Tel. e fax: (081) 465-1851; Ribeirão Preto — SP: Tel.: (016) 625-9639 – Fax: (016) 625-0521; Rio de Janeiro — RJ: Tels.: (021) 252-8720 e 252-9074 – Fax: (021) 221-5984; Salvador — BA: Tel. e fax: (071) 351-1784; São Paulo — SP: Tel. e fax.: (011) 524-1174.

Livrarias — Rio de Janeiro: Livraria J. Carneiro Felipe — Praia de Botafogo, 188 — Tel.: (021) 536-9105

São Paulo: Livraria Faria Lima — Av. Nove de Julho, 2.029 — Tel.: (011) 281-7875.

Editora da Fundação Getulio Vargas — Serviço de Vendas: Praia de Botafogo, 190 s/607 CEP 22253-900 — ou Caixa Postal: 62.591 — CEP 22257-970 — Rio de Janeiro, RJ — Tels.: (021) 551-0698 e 536-9196.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Presidente de honra: Luiz Simões Lopes

Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres

Vice-presidente: Mario Henrique Simonsen

Diretora-geral: Celina Vargas do Amaral Peixoto

Conselho Diretor

Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres

Vice-presidente: Mario Henrique Simonsen

Vogais: Aldo Baptista Franco, Celina Vargas do Amaral Peixoto, Eliezer Baptista, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Luiz Fernando da Silva Pinto, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira.

Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Eugenio Emílio Staub, José Luiz Miranda, Oswaldo Antunes Maciel, Pedro Leitão da Cunha.

Conselho Curador

Presidente: Theodoro Arthou

Vice-presidente: Paulo de Tarso Leal

Vogais: Abgar Renault, Associação de Bancos do Estado de São Paulo, Banco Credit Commercial de France S.A., Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Diogo Lordello de Mello, Domingos Marques Grêllo, Edmundo Barbosa da Silva, Estado de Minas Gerais, Estado de São Paulo, Gilberto Duarte Prado, Gilberto Ulhôa Canto, Heitor Chagas de Oliveira, Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), José Ephim Mindlin, Mário Abrantes da Silva Pinto, Mauro Salles (Salles-Interamericana de Publicidade S.A.), Paulo Guilherme Aguiar Cunha (Cia. Ultragaz S.A.), Rubens D'Almada Horta Pôrto, Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro.

Suplentes: Antonio Monteiro de Castro (Souza Cruz S.A.), Armando Klabin (Klabin Irmãos & Cia.), Carlos Alberto Lenz Cesar Protásio, Cristiano Buarque Franco Neto (Banco Bozano, Simonsen S.A.), Guilherme Augusto Frering, João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.), Luiz Roberto do Nascimento Silva, Marcio João de Andrade Fortes, Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga (Icatu Empreendimentos e Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes — Cia. de Seguros), Sérgio Franklin Quintella, Unibanco — União de Bancos Brasileiros S.A.

Instituto Brasileiro de Economia
Diretor: Antonio Salazar P. Brandão

Banco de Dados-IBRE
Salomão L. Quadros da Silva

Centro de Estudos Agrícolas
Ignez Vidigal Lopes

Centro de Estudos das Empresas
Sergio Gustavo S. da Costa

Centro de Estudos de Economia e Governo
Lia Valls Pereira

Centro de Estudos de Preços
Paulo Sidney de Melo Cota

Centro de Estudos Tendenciais
Eden Gonçalves de Oliveira

Revista Conjuntura Econômica
Lauro Vieira de Faria

Nesta edição

1 **Entrevista com Guilherme Leite da Silva Dias**

6 **Cartas**

8 **Especial É proibido fumar: a reação das empresas**

15 **Especial A abertura comercial mostra os equívocos da política do leite no Brasil**

20 **Especial O censo agropecuário e o futuro**

23 **Conjuntura do agribusiness**

40 **Índice FGV/ ABAG (IABAG) 1994**

42 **IBGE — Síntese estatística**

44 **Oferta e demanda**

46 **Estatísticas agropecuárias**

52 **Panorama agropecuário**

56 **Panorama internacional**

61 **Legislação agrícola**

64 **Janela aberta**

Carta verde

NO primeiro dia de 1995, os países que compõem o Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) passaram a funcionar como uma união aduaneira. É o resultado de negociações iniciadas ainda no final do governo Sarney e que prosseguiram até hoje. Quando se pensava que a tarifa externa comum estava sepultada, tais as divergências nascidas de posições a princípio irredutíveis dos dois grandes parceiros do Mercosul, um milagre salvou com o entendimento a união aduaneira. Foi por pouco, muito pouco. Mas ela saiu e breve estará em plena vigência.

Se as regras de mercado externo já estão dadas para o setor agropecuário, o mesmo não se pode dizer das regras da política interna, que mudam freqüentemente, fazendo predominar ainda muita incerteza no plano interno. Mudanças freqüentes nas regras do jogo instabilizam o setor rural, até mesmo nos casos de créditos de custeio deferidos com liberação aprazada. O exemplo mais flagrante ocorreu nos últimos dias do ano passado.

Recente medida, objeto da Circular do Banco Central nº 2.517, de 9 de dezembro de 1994, flexibilizou a composição das carteiras dos fundos de commodities, alterando a norma anterior, segundo a qual 25% do patrimônio desses fundos eram compulsoriamente aplicados em papéis ligados ao setor agrícola. A partir de agora, esses papéis podem ser substituídos por títulos públicos federais, o que, se por um lado melhora a rentabilidade de tais fundos, por outro, desvia das aplicações no setor agrícola uma fonte segura estimada em cerca de US$6,5 bilhões, com a qual o setor financeiro privado financiava atividades vinculadas à produção agroindustrial. O grave é que isso ocorre em um momento delicado de falta de liquidez no mercado.

A regra do jogo foi mudada no meio do caminho, em plena safra, e atingiu justamente os agricultores mais racionais, que utilizam até o limite o capital de giro próprio e tomam empréstimo mais à frente, quando vencem os compromissos assumidos junto aos fornecedores de insumos. Alguns haviam recebido a primeira parcela dos recursos e podem não receber a segunda parcela. A medida denota total desconhecimento do processo produtivo agrícola, onde a decisão de plantar coloca em marcha um rígido cronograma de compromissos que não pode ser revertido a meio caminho.

A estabilidade das regras do jogo entre o plantio e a colheita é, por isso, impositiva. Isso parecia ter sido compreendido pelos condutores do plano de estabilização, até porque o crédito de custeio havia sido poupado nas duas ocasiões anteriores em que o compulsório enxugou os recursos de crédito para consumo. O que torna ainda mais incompreensível a recente medida do Bacen.

A medida também afeta as aplicações com os novos instrumentos de crédito que estão se consolidando, como o CM-G, a CPR e o CLB. O volume dos negócios com esses novos papéis agrícolas foi sensivelmente reduzido após a edição da circular do Banco Central. Destarte, umas medidas contrariam o espírito das outras. Se se decidiu privatizar o financiamento rural, é preciso que as regras que foram instituídas na ocasião da privatização sejam mantidas de forma consistente com as orientações originais. E não mudadas no meio do caminho.

O agribusiness espera que um ministro forte na pasta da Agricultura possa conter e fazer reverter qualquer forma de discriminação setorial e de inconsistência nas políticas adotadas. É preciso que a agricultura fique liberada para se financiar no mercado financeiro normal.